

A RENOVAÇÃO DA GEOGRAFIA: UMA CONTENDA EM PROGRESSO

João Paulo Morandi Barboza¹, Carina Alexandra Rondini²

¹ Secretaria da Educação: Barretos, SP. E-mail: joaolimpia@yahoo.com.br – ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6378-9200>

² Universidade Estadual Paulista (UNESP – Campus de São José do Rio Preto. E-mail: carina.rondini@unesp.br – ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5244-5402>

Artigo recebido em 01/08/2020 e aceito em 16/02/2021

RESUMO

A Geografia, enquanto disciplina, apresenta-se novata frente às demais que compõem o currículo escolar. Enquanto ciência, procura estabelecer seus rumos de pensamento e objeto de estudo na mesma constante em que o mundo contemporâneo, globalizado, tecnológico, mutável a todo instante, procura estabelecer sua identidade. A Geografia, que em suas primeiras incursões serviu como meio estratégico militar, encontrou no positivismo clássico aporte para seu desenvolvimento. Por meio da influência da classe burguesa, constituiu molde para seus estudos e afirma-se como ciência de cunho crítico-social, preocupada em estabelecer relações entre o homem, enquanto sociedade, e o espaço geográfico que ele ocupa, na busca de entender, de maneira mais complexa, política, econômica, social, além de natural, o mundo que habitamos. Objetivando compreender as mudanças que a Geografia Tradicional passou até o estabelecimento da linha crítica do pensamento geográfico procuramos, por meio de revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos, relatar as principais demandas que permeiam essa ciência. Assim, este trabalho sintetiza características que permeiam a ciência geográfica em sua vertente tradicional e a sua busca por renovação metodológica, de pensamento enquanto ciência e de prática enquanto disciplina, buscando na nova Geografia, ou Geografia Crítica, caminhos e meios para se estabelecer tal visão.

Palavras-chave: Geografia; Ensino de Geografia; Processo de Aprendizagem.

THE RENEWAL OF GEOGRAPHY: AN ONGOING DISPUTE

ABSTRACT

Geography, as a discipline, is new compared to the others that belong to the school curriculum. As a science, it seeks to establish its paths of thought and object of study in the same constant in which the contemporary, globalized, technological world, constantly changing, seeks to establish its identity. Geography, which in its first incursions served as a strategic military means, found in the classic positivism some contribution for its development. Through the influence of the bourgeois class, it constituted a mold for its studies and asserts itself as a critical-social science, concerned with establishing relationships between man, as part of the society, and the geographical space that he occupies, in the search to understand, in a more complex, political, economic, social, as well as natural way, the world we inhabit. Aiming to understand the changes that Traditional Geography experienced until the establishment of the critical line of geographic thought, we seek, through a bibliographic review of classic and contemporary authors, to report the main demands that permeate this science. Therefore, this work synthesizes characteristics that permeate

geographic science in its traditional aspect and its search for methodological renewal, of thinking as a science and of practice as a discipline, searching in the new Geography, or Critical Geography, ways and means to establish such a vision.

Keywords: Geography; Geography Teaching; Learning Process.

GEOGRAFIA: A LUTA POR UM MUNDO – E UMA CIÊNCIA – NOVO

Ao pensarmos sobre a Geografia, como disciplina escolar, percebemos que há muito o que refletir, descobrir, reconsiderar, para que se possa colocar em prática didático-pedagógica a Geografia que os tempos atuais, alunos e processos de aprendizagem cobram como algo adequado à contemporaneidade. Reflexões e ensinamentos de autores como Moreira (1987), Oliveira (2017), Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007), Santos (1986 [1978]), Straforini (2016), dentre outros nomes, são caros à Geografia Crítica e contemporânea.

A Geografia é uma ciência, uma linha de investigação e aprendizagem, extremamente novata frente às demais disciplinas que compõem os currículos escolares, uma vez que alçou o posto de cientificismo há poucas décadas, por volta do final do século XIX, tendo na Alemanha dois de seus principais expoentes. Foi com Humboldt (1769-1859) e Ritter (1779-1859) que os primeiros institutos e as primeiras cátedras dedicadas a essa disciplina apareceram, constituindo assim as primeiras propostas metodológicas e as primeiras correntes de pensamento na Geografia (MORAES, 2005, p. 42).

Dessa maneira, dúvidas acerca de seu objeto de estudo, sua função socioeducativa, e importância para o pensamento crítico-reflexivo são algumas das indagações que alimentam debates e estudos teóricos envolvendo essa ciência até os dias de hoje.

A Geografia, em sua forma mais tradicional, descritiva, com exaustivas enumerações, passando até um sentimento de “inutilidade enquanto saber” (LACOSTE, 2010, p.32), não tem mais tempo na educação que urge por novos métodos e novos olhares sobre as disciplinas do currículo. É necessário renovar. É necessária uma Geografia com características contemporâneas, crítica, atenta ao local e ao social para elevar o cidadão, que se forma pelo estudo, ao contexto global.

O mundo que surge a cada dia se transforma na velocidade das recentes tecnologias e meios de comunicação. O processo globalizante é realidade, mas não é homogêneo, sendo referência em muitas análises da contemporaneidade. Como afirma Giddens (2000), esta expressão, que instalou-se no debate político, econômico e social, não era utilizada até o final da década de 80. Para o autor, a globalização é política, tecnológica e cultural, não se restringindo ao mercado e a



economia, o que possibilita a sensação de que todos vivem num mundo único, interligado, relacionado em todos os seus aspectos, com a facilidade de se ater ao que há de mais moderno e atual, em qualquer canto do planeta.

Para Bauman (1999), as distâncias perdem importância ao passo que a concepção de fronteira geográfica se torna esvaída no mundo globalizado. As divisões continentais e do globo, de modo geral, foram instauradas pelas distâncias que se impunham frente à humanidade devido aos transportes primitivos e às dificuldades de viagem.

É nessa miscelânea de conceitos e reflexões que Bauman (1999) trabalha a metáfora de turistas e vagabundos¹ para contextualizar o processo globalizante desigual, assinalando a divisão da sociedade pós-moderna e afirma que vivenciamos uma sociedade marcada por um tempo-espaço flexível, em mutação constante, em que a prioridade é a habilidade de se mover. Ocorre que nem todos possuem essa habilidade.

Ao analisar a contemporaneidade sobre a perspectiva de Bauman e tomando por base essa metáfora, podemos enxergar como os indivíduos que não conseguem se vincular às estruturas são excluídos, não possuindo nenhuma condição de mobilidade na estrutura social. A sensação de pertencimento ao contexto mundial global pode existir, mas a segregação das camadas mais pobres da sociedade não permite que a globalização seja, de fato, universal.

O processo de globalização é moderno, ao passo que a modernidade é globalizante, sendo suas consequências desestabilizadoras. O modo de vida do sujeito moderno, e nisso se encaixa o sujeito estudante, permeia a formação e a construção de identidades, de relações sociais e vínculos afetivos.

A ciência geográfica tem por foro íntimo de sua essência acompanhar as transformações globais e traduzi-las para a coletividade que busca essa informação, podendo oferecer para aqueles que estão mais apartados do processo globalizante a oportunidade de reflexão a respeito do mundo que os cerca. Mas não basta apenas descrever o mundo, é preciso compreendê-lo, em todas as suas complexidades, lides, lutas e batalhas, num entre-guerras sociais, da desigualdade humana diária, e conceitual, na busca por reflexões e pensamentos que satisfaçam as respostas para as dúvidas que nos pairam e que nos impedem de compreender em qual mundo vivemos.

É por esse caráter de busca por compreensão da humanidade e do mundo que ela constrói, ao mesmo passo que destrói, que a Geografia se vê atrelada a uma contenda sem fim, ou seja, uma

¹ Os denominados turistas são aqueles classificados com tal habilidade, que saem e chegam a qualquer momento e em qualquer lugar. Já os chamados vagabundos são os que se dedicam aos serviços dos turistas. Movimentam-se por estarem sendo empurrados pela necessidade de sobrevivência, mesmo contra as restrições existentes nos espaços em que habitam.



guerra, conflito íntimo a essa ciência, que se transforma, reforma e se forma como reflexão extremamente ampla quanto aos vários aspectos que envolvem o espaço geográfico vivenciado pela humanidade.

Neste artigo² procuramos elucidar o caminho trilhado pela ciência geográfica, sua consolidação no meio acadêmico e, posteriormente, no meio escolar, na tentativa de compreender as bases da Geografia tradicional e a necessidade da renovação geográfica, que continua em constante evolução objetivando estabelecer-se em seus princípios e funções da melhor maneira possível. Buscamos aporte teórico em autores consagrados, além de autores contemporâneos, do meio geográfico como Lacoste, Moreira, Santos, Vesentini, Oliveira, Pontuschka, Straforini, dentre outros, para estabelecer esse elo entre o tradicional e o novo, baseando-nos nas reflexões já apontadas pelos mesmos.

Seguindo o intuito aqui proposto, acreditamos que se faz necessário promover debates e reflexões acerca da origem, mudanças e consolidação da ciência geográfica, uma vez que se trata de um saber atrelado ao cotidiano da sociedade, necessário para a compreensão do mundo vivido a partir de uma concepção mais clara e ampla. Dessa maneira, esse artigo se apresenta como possível fonte de pesquisa para o leitor que busca argumentos e saberes referentes à ciência geográfica.

AS ORIGENS DA GEOGRAFIA: NO PRINCÍPIO, ERA A GUERRA

Quando surgiu a ciência geográfica? Para que, ou para quem, a Geografia serve? Qual é a função social da Geografia enquanto disciplina escolar? Essas perguntas, de muitas respostas, levam-nos a refletir de maneira a adotar uma linha de raciocínio mais histórico-reflexiva do que propriamente a predominante nas elaborações primitivas do discurso Geográfico – o que nos remetia às descrições das paisagens, lugares, territórios de muito tempo atrás.

Até o século XIX, havia uma diversidade de entendimentos sobre o objeto de estudo da Geografia, caracterizando, assim, uma ausência de unidade temática nessa ciência. Dentre essa variedade de entendimentos, a mais usual, e também mais vaga, era defendida por alguns autores que definiam a ciência geográfica como o estudo da superfície terrestre, baseada no significado etimológico do termo Geografia – descrição da Terra (MORAES, 2005, p. 31).

² Trata-se de recorte de pesquisa de dissertação de mestrado vinculada ao Programa Multidisciplinar Interunidades de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Ensino e Processos Formativos (UNESP/São José do Rio Preto/Ilha Solteira e Jaboticabal), linha de pesquisa – Tecnologias, Diversidades e Culturas.



Essa definição origina-se nas formulações de Kant (1997), para quem haveria duas classes de ciências, sendo as especulativas, mediadas pela razão, e as ciências empíricas, apoiadas na observação e nas sensações, na qual se enquadraria a Geografia. Assim, Kant colocaria a Geografia como uma ciência descritiva, com o objetivo de permear uma visão de conjunto do planeta com base, principalmente, em suas características naturais.

A partir dessa concepção mais usual, as reflexões quanto à definição da Geografia e seu objeto de estudo tomaram diversas formas e propuseram variadas vertentes. Existiram os autores que definiam a Geografia como o estudo da paisagem, outros que propunham a Geografia como um estudo da individualidade dos lugares, também aqueles que a tratavam de uma perspectiva do estudo da diferenciação de áreas, as nomeadas regiões, houve ainda os que definiam a Geografia como o estudo do espaço e, por fim, aqueles que tratavam as definições de Geografia como o estudo das relações entre o homem e o meio, ou seja, entre a sociedade e a natureza, caracterizando um traço de corrente determinista exacerbado (MORAIS, 2005, p. 19).

É dessa maneira que, ao pensar as visões pertinentes à Geografia nos discursos iluministas franceses, a tendência era a de refletir a interpretação determinista. Para Montesquieu, haveria uma relação inversa entre a qualidade do meio e a qualidade das pessoas (SODRÉ, 1986).

Nesse contexto, as definições apresentadas de possibilidades de delimitação da ciência geográfica, apresentam-se de maneira genérica e sem aprofundamentos a autores e propostas específicas, uma vez que abarcam somente perspectivas da Geografia Tradicional, não abordando as propostas oriundas do movimento de renovação, predominante no pensamento geográfico contemporâneo, o que será tratado posteriormente.

O geógrafo francês Lacoste³ (2010), levanta questionamentos que nos faz refletir sobre as funcionalidades e primeiras serventias do saber geográfico. Será que as grandes navegações, as descrições dos geógrafos árabes da Idade Média, a obra a serviço do imperialismo ateniense de Heródoto em 446 antes da era cristã, não são Geografia? Essas são algumas indagações de Lacoste.

Para compreendermos o *ethos* que perfaz a ciência geográfica, buscamos em Lacoste a constatação de que a Geografia trata-se, inicialmente, de um saber estratégico ligado de maneira estreita às práticas militares e políticas, e de que a articulação dos conhecimentos relativos ao espaço, inerente à Geografia, torna-se um poder (2010, p.23).

A partir dessa fala, é possível apropriar-se do objeto de estudo da ciência geográfica, o espaço geográfico. Ainda para Lacoste, a Geografia trata de uma descrição metodológica dos

³ Na verdade, Yves Lacoste nasceu na cidade de Fez, no Marrocos, mas logo adquiriu a cidadania francesa.



espaços, tanto dos aspectos físicos, como das características econômicas, sociais, demográficas, políticas, devendo essa ciência ser entendida como prática e poder do Estado, na forma de controle e organização dos homens de seu território, e como estudo útil para desenvolvimento de estratégias de guerra (2010, p.23).

É de consenso no meio acadêmico geográfico que apenas no século XIX a chamada Geografia universitária e escolar se fez enxergar por meio de seu discurso, a qual Lacoste convém chamar de “Geografia dos professores” (2010, p.26). Mas, de maneira alguma, pode-se desprezar os enlaces históricos que já demonstravam os princípios da ciência geográfica agindo sob o mundo. Dessa maneira, como aponta Lacoste, pode-se considerar a existência de duas Geografias: a Geografia antiga e a Geografia dos professores, comumente chamada de *Geografia tradicional*.

A *Geografia de origem* antiga seria aquela baseada nas necessidades dos Estados-maiores, ou seja, representações do espaço articuladas com representações cartográficas e conhecimentos variados, utilizadas como saber estratégico e instrumento de poder pelos mandatários -, sempre existiu, ligada à prática do poder. Conquistadores como Alexandre, César ou Napoleão sempre tiveram projetos com relação ao espaço, assim como os Estados e, mais atualmente, a direção das grandes empresas monopolistas. Seria uma *Geografia prática*, no sentido de estabelecer estratégias de ação no domínio da superfície terrestre, sempre vinculada à gestão do poder (MORAES, 2005, p. 121).

Já a *Geografia dos professores* se constitui no discurso ideológico com função inconsciente de extirpar das práticas políticas, militares e econômicas a maior parte da população, uma vez que dissimula, aos olhos da maioria, e eficiência da Geografia como instrumento de poder estatal, dando-lhe a alcunha, muitas vezes, de uma “disciplina inútil” (LACOSTE, 2010, p. 32). Teria, como uma de suas funções, mascarar a existência da Geografia antiga, ou seja, dos Estados-maiores, enquanto levanta dados para a mesma, fornecendo informações precisas sobre os variados lugares da Terra, perfazendo-se de um conhecimento de caráter apolítico, portanto, não levantando suspeitas de sua funcionalidade.

Os conceitos defendidos por Lacoste, de uma Geografia antiga e de uma Geografia dos professores, foram e são utilizados constantemente nas pesquisas e debates acadêmicos que buscam compreender a ciência geográfica. Há de se levar em consideração que tal discurso se dá em meio a um cenário de muitas dúvidas, transformações globais (políticas, econômicas, territoriais) e novos horizontes, que a Geografia começava a vislumbrar, principalmente nos anos de 1970 e 1980. Como bem elucida Vesentini na apresentação da edição brasileira do livro de Lacoste, os pensamentos



contidos nessa obra são abertos, no sentido de ao pensar, dar a pensar, não apresentando um sistema fechado ao leitor, mas deixando rastros ao seu caminho (2010, p.13).

Dessa maneira, Lacoste contribui significativamente para o debate geográfico, buscando na origem dos conflitos humanos por dominação e poder a origem da proficuidade da Geografia. Por meio dessa reflexão encontramos o que talvez seja uma determinante para o pensamento geográfico no sentido de redescobrir suas origens. As bases estruturais do pensamento de Lacoste, voltadas para o marxismo e amparadas na influência de Foucault, Clausewitz⁴ e Lefort⁵, enfatizam as relações de poder, as estratégias e o político, engendrados ao social e ao espacial (2010, p.12), o que nos ampara na convicção dessa caracterização geográfica dita antiga.

É necessário deixar claro que a obra de Lacoste não tem a pretensão de fazer com que o leitor entenda que a Geografia serve somente para a elaboração de estratégias militares. Ao elucidar a Geografia como aporte militar, o autor buscava evidenciar que essa era sua função mais antiga, frente aos inúmeros avanços e transformações que a mesma passou, sendo sua obra uma das pioneiras da *Geografia Crítica ou Radical*, tendo exercido grande influência na academia e no ensino.

Por fim, elucidar a conceituação de Geografia de Professores nos remete ao que, hoje, os novos autores que tratam da temática geográfica vão chamar de *Geografia Clássica ou Tradicional*, estruturada ao final do século XIX e subalterna ao ensino surgido após a revolução industrial, concomitante ao surgimento da instituição escolar, e subserviente à sociedade capitalista, o que acaba por promover, em tempos contemporâneos, uma busca por uma nova identidade geográfica, ou seja, se desvencilhando da ultrapassada e tradicionalista conceituação de Geografia.

NO ÁPICE DOS CONFLITOS, O PATRIOTISMO EM LEVANTE, E A CRISE INSURGENTE

A Revolução Industrial, que outrora iniciara no século XVIII, promove, em tempos consequentes, a concentração de grandes massas populares, uma vez que a migração do campesinato para os centros urbanos surge em curva crescente com a grande demanda de mão de obra nas

⁴ Carl Von Clausewitz (1790 – 1831) foi um militar prussiano, autor do mais famoso tratado sobre o tema da guerra no Ocidente: “Da Guerra”, publicado em 1832. Ficou conhecido pela, amplamente difundida, definição de guerra, em que discursa: “A guerra é a continuação da política por outros meios”.

⁵ Claude Lefort (1924 – 2010) foi um filósofo francês, autor de uma crítica do totalitarismo e de obras em que defende que a democracia é um modelo repleto de falhas, desequilibrado e que produz uma sociedade "sem corpo".



fábricas, e, como consequência, há a necessidade de cuidar da educação dessa população que se apresenta. Torna-se necessário dar um caráter cívico ao ensino de cada país, em uma configuração educacional nacionalista e patriótica.

Durante o século XIX, os esforços para a efetivação da educação nacional foram variados. Partidos políticos de todas as frentes ideológicas – direita, esquerda, conservadores, liberais, progressistas – vislumbravam o apoderamento da escola e da educação para seus fins. A Igreja e o Estado digladiavam em torno da educação. O Estado sairia vencedor, e a educação pública nacional tomaria contornos.

Santos (1986 [1978]) esclarece que a Geografia encontrou enormes dificuldades para se desvencilhar do caráter imperialista incutido em sua formação, sendo, nesse sentido, massivo o apoio estatal para a criação de centros de pesquisa, com o intuito verdadeiro de constituir uma ciência subserviente ao Estado e ao capital.

O contexto aludido possui um agente mediador, a classe burguesa. O fato de se procurar educar os contingentes humanos dos centros urbanos revela que o estudo está a serviço da reprodução do capital e da hegemonia burguesa que encontra, na instituição escolar, uma forma de legitimidade. Desde os tempos renascentistas, a ciência está aliada às proposições do projeto capitalista, sendo, assim, apresentada como funcional e prática para a obtenção dos objetivos do capital (MOREIRA, 2004).

Nas palavras de Vesentini, a burguesia teve que criar uma nova forma de legitimidade: o estudo, o mérito escolar, o diploma. Fato esse que ocorria diferentemente da nobreza, que se legitimava por suas raízes, seu “sangue”, e que era alvo constante de combate da classe burguesa, assim como o eram o clero e os senhores feudais (2008, p. 31). Vesentini continua sua fala e, nesse sentido, reforça a elucidação do papel da escola:

[...] a escola contribui para a reprodução do capital: habitua os alunos à disciplina necessária ao trabalho na indústria moderna, a realizar sempre tarefas novas sem discutir para que servem, a respeitar a hierarquia; e serve como absorvente de parte do exército de reserva, segurando contingentes humanos ou jogando-os no mercado de trabalho, de acordo com as necessidades do momento. (2008, p. 31).

Assim, a repressão exercida no ambiente escolar e o saber imposto aos alunos nada mais é do que uma reprodução da divisão do trabalho na sociedade burguesa. Uma retratação da sociedade vivida na época e que se perfaz permanente até os dias atuais, numa escola excludente e subserviente ao sistema capitalista de produção. Voltando às palavras de Lacoste (2010), nessa



conjuntura, a Geografia moderna, transpassada como Geografia escolar, encaixa-se nesse sistema capitalista de ensino.

Concomitantemente ao encaixe capitalista do ensino, a Geografia tradicional (escolar/moderna) se levanta com o discurso nacionalista/patriótico, como já apontado. No intuito de inculcar a ideia de Estado-nação como sendo algo natural e eterno, dando destaque para suas potencialidades e excluindo da memória coletiva as outras formas históricas de organização espacial, como feudos e cidades-estados, é que a Geografia escolar se propõe à prática nacionalista e patriótica.

Diante desse contexto, na cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente em dois de dezembro de 1837, com a criação do Colégio Pedro II, houve a introdução da Geografia como disciplina nas escolas brasileiras, uma vez que fazia parte da grade curricular inaugural do colégio, sendo incorporada ao currículo oficial das demais escolas do país em momentos subsequentes. Segundo Cavalcanti (1998, p. 18), o objetivo da introdução da disciplina no referido momento histórico era de buscar a formação de cidadãos a partir da difusão da ideologia do nacionalismo patriótico.

Nos estudos geográficos, as perspectivas nacionalistas e internacionais perpassam por práticas de um mesmo fundamento: a visão territorialista predominante sobre uma visão social-popular; a visão administrativa, do gerenciamento, em detrimento do conceito de política pública; e a visão eurocêntrica do mundo, por vezes impregnada de etnocentrismos e racismos. Seguindo essa “receita”, a Geografia dos professores se apropriou do discurso geográfico e reproduziu o nacionalismo-patriótico de cada Estado-nação no imaginário dos estudantes, fazendo com que essa formatação de compreensão fosse reproduzida no meio social.

Durante esse período de afirmação da Geografia escolar, em que há o predomínio do discurso nacionalista como modelo a ser seguido no ensino de Geografia, reproduzido nos livros didáticos e, conseqüentemente, nas salas de aula, surgem vozes que iniciam uma nova leitura geográfica. Kropotkin (1842-1921), geógrafo russo e um dos principais pensadores políticos do anarquismo no fim do século XIX, possuía um discurso geográfico internacionalista, não enaltecendo o Estado-nação.



Assim também o era com Reclus (1830-1905), geógrafo e militante anarquista francês, membro da Comuna de Paris⁶, que defendia que a Geografia não só não pode ignorar os problemas políticos, como permite valorizá-los.

É em meio a essas incertezas quanto à configuração do ensino de Geografia que pode-se falar em “crise”. A “crise da Geografia” surge exatamente com as dúvidas e insatisfações de geógrafos e professores com a disciplina, com seu caráter descritivo e mnemônico, sua ramificação exacerbada (física, humana, regional, geral), sua metodologia pouco séria e seu “avanço” sobre outras ciências (geologia, economia), buscando copiar-lhes ensinamentos (VESENTINI, 2008, p.34).

A Geografia, por muitos anos, comprometeu-se com os conjuros das classes socioeconômicas e dos países dominantes, fazendo com que o ensino de Geografia simplesmente passasse a transmissão de conhecimentos de cunhos ideológicos, comprometendo sua finalidade e, sobretudo, mascarando a realidade (MOREIRA, 1987).

A partir dessa reflexão de “crise”, questionamentos sobre a Geografia moderna, polêmicas sobre “velhos” e “novos rumos” da Geografia, levantam-se, procurando compreendê-la; e as mudanças na maneira de enxergar o mundo por um viés geográfico acompanham as mudanças sociais e tecnológicas provenientes. Pós-século XIX, algumas determinações do discurso geográfico se alteram. Segundo Vesentini, a ideologia patriótica e nacionalista já não é tão importante no ensino elementar e médio, principalmente a partir da internacionalização do fato industrial e com a “rede global” de comunicações. Fatos como a evolução tecnológica, a descolonização, alterações na divisão internacional do trabalho e a reprodução a nível mundial da relação capital/trabalho assalariado, fazem com que o espaço-continente (cartografável, concreto, contínuo), perca sua importância, inclusive ideológica (2008, p.34).

Ainda nas palavras de Vesentini, “O espaço mundial de hoje é descontínuo, limitado pela economia ou pela política [...] produzido, planejado, transformado em mercadoria e constantemente reconstruído.” (2008, p. 35).

E é esse “novo espaço”, descontínuo, mutável, político e difícil de cartografar, como descrito por Vesentini, que a Geografia, seja por meio da academia ou dos professores, não consegue mais explicar satisfatoriamente para os alunos de nível fundamental ou médio, sendo esse um dos pontos de origem dessa “crise da Geografia”.

⁶ Primeiro governo operário da história, fundado em 1871 em Paris devido à resistência popular frente a invasão por parte do Reino da Prússia.



Vale salientar alguns aspectos que ajudaram a desencadear essa crise. Com as mudanças na sociedade, nos modos de produção capitalista que entravam na era monopolista, havia concomitantemente uma alteração na base social que respaldava os fundamentos e as formulações da Geografia tradicional. A grande crise de 1929 empurrava o liberalismo econômico por terra, trazendo a necessidade da intervenção do Estado na economia. A partir de então, o Estado tinha no planejamento econômico uma arma de intervenção, o que colocava as ciências humanas frente a uma nova função: a de gerar um aparato de intervenção, uma caracterização mais tecnológica, algo que a Geografia tradicional não subsidiava.

O capitalismo selvagem, avançando sobre a sociedade que se moldava, deixava a realidade mais complexa ao passo que interferia diretamente nos meios de produção e promovia novos e, até então desconhecidos, fenômenos. A urbanização, por exemplo, atingia níveis jamais vistos. Surgiam as megalópoles, as comunidades locais tendiam ao desaparecimento articulando-se às contemporâneas redes de relações, o quadro agrário se modificava em todo o mundo com a industrialização e mecanização da atividade agrícola, a globalização do espaço terrestre se tornava uma realidade engendradora nos fluxos e relações econômicas. O lugar já não se explicava em si mesmo (MORAES, 2005, p. 104).

Essa explosão de novidades e acontecimentos globais faz com que a Geografia entre numa crise das técnicas tradicionais de análise. Segundo Moraes:

A realidade local era apenas elo de uma cadeia, que articulava todo o planeta. Isso defasou o instrumental de pesquisa da Geografia, implicando numa crise das técnicas tradicionais de análise. Estas não davam mais conta nem da descrição e representação dos fenômenos da superfície terrestre. Criadas para explicar situações simples, quadros locais fechados, não conseguiam apreender a complexidade da organização atual do espaço. O instrumental elaborado para explicar comunidades locais não conseguia apreender o espaço da economia mundializada. Estabelece-se uma crise de linguagem, de metodologia de pesquisa. (2005, p. 105).

Ainda em razão do disposto acima, muito do que era a Geografia Tradicional se ruía. A relação embrionária com o positivismo clássico, que era o assentamento do pensamento da Geografia tradicional e ao mesmo tempo era negado por muitos como tal, fazia com que a Geografia se mantivesse alheia às realidades e instrumentos de pesquisa que surgiam. A crise do positivismo clássico, que havia sofrido críticas internas e renovações, refletia na Geografia, ampliando sua própria crise.



Os problemas internos da ciência também alargavam a crise da Geografia. Lacunas lógicas, dubiedades, questões de formulação, a indefinição do objeto de análise enquanto disciplina escolar, eram alguns dos pontos que alimentavam a crítica que surgia.

Mas como ultrapassar esse obstáculo? Como adaptar-se a esse novo discurso e procurar praticar uma Geografia pertinente à contemporaneidade global? Diante de tais indagações, a *Geografia crítica ou radical* surge como uma espécie de armistício nessa batalha.

NOVOS RUMOS NO CAMPO DE BATALHA (OU: UMA BATALHA CRÍTICA)

A chamada *Geografia crítica ou radical* concebe o espaço geográfico como um espaço social permeado de lutas e conflitos, trazendo uma crítica à Geografia tradicional no sentido de valorar a compreensão histórica do que esta última trata como objeto principal de estudo. Estuda a natureza como uma dimensão histórica, política, como um recurso apropriado pela humanidade, perfazendo um caráter de ciência social.

A denominação dessa vertente geográfica advém da postura crítica radical, frente à Geografia já existente. Uma postura frente à ordem constituída, por uma transformação da realidade social. Os autores que se posicionam nesse paradigma, encaram seu saber como uma arma do processo de transformação social, assumindo o conteúdo político do conhecimento científico e propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa, pensando a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem (MORAES, 2005, p. 119).

Inspirada nas reflexões marxistas, anarquistas, com autores como Reclus e Kropotkin, já mencionados, e de autores como Lefebvre, Foucault, Lefort, dentre outros, a Geografia crítica preocupa-se com o desenvolvimento do senso crítico do estudante, deixando em segundo plano, ou muitas vezes até descartando, a mera memorização de fatos, prezando pela percepção política do espaço.

Ainda incipiente, essa Geografia crítica se construirá, reconstruirá e se fará diferente conforme o comprometimento e engajamento do detentor do conhecimento mediante o problema enfrentado. Ou seja, ao professor cabe promover a inserção do aluno ao meio, ao que lhe é ensinado, dando sentido e possibilidade reflexiva ao mesmo, promovendo uma integração do estudante ao meio. Como bem aponta Vesentini “*integrar o educando no meio significa deixá-lo descobrir que pode tornar-se sujeito na história*” (2008, p. 37, grifo do autor).

Para Castellar, o processo do ensino de Geografia, assim como em outras áreas do conhecimento, estimula a leitura de mundo à medida que se entende a apropriação de um objeto



socialmente constituído, considerando, nesse processo, as concepções que a criança tem em relação ao conceito que está sendo trabalhado (2000, p. 33). A autora, em seu discurso, corrobora com o ideário de integração do educando ao meio, prezando pela análise da concepção levantada pelo aluno em relação a sua leitura de mundo, ou seja, de sua visão reflexiva e de sua criticidade.

A segunda metade do século XX é o estopim do movimento de renovação da Geografia. Segundo Santos (1986 [1978]), as transformações ocorridas em todos os domínios científicos após 1950 não deixaria de se atrelar à Geografia. As modificações advindas com as décadas do século XX, principalmente as ligadas às novas tecnologias, levaram pesquisadores à reflexão na busca por outras possibilidades teóricas e metodológicas.

Dessa maneira, a crise da Geografia tradicional se manifesta fortemente a partir dos anos de 1950 e, na década seguinte, submerge nas incertezas e questionamentos difundidos no meio geográfico. A partir da década de 1970, a Geografia tradicional reside num epitáfio⁷. Desse momento em diante, aquilo que se relaciona com as manifestações do tradicionalismo geográfico ganha caráter de um passado distante e superado.

De certo modo, pode-se encarar essa crise da Geografia tradicional como algo benéfico, pois introduz a possibilidade do novo, de uma Geografia pautada pelo pensamento crítico, com profissionais abertos a discussões e na busca por caminhos metodológicos até então não trilhados (MORAES, 2005, p. 103).

O questionamento das teses tradicionais, efetuados pela Geografia crítica, incide nos compromissos sociais e nos posicionamentos políticos, implicando numa ruptura com a Geografia tradicional e na construção de um conhecimento que lhe seja antagônico, contraposto, combatente.

Podemos buscar também raízes da Geografia crítica na Geografia Regional francesa, mais precisamente em sua ala mais progressista, que promove uma aproximação conceitual da Geografia com a História e com a Economia. Essa vertente se intera do papel dos processos econômicos e sociais na organização do espaço, abrindo uma discussão mais política na análise geográfica.

A obra *Geografia Ativa*, de autoria conjunta de Pierre, Lacoste, Kayser e Guglielmo (1968 [1964]), possui um papel muito importante no desenvolver do viés crítico geográfico. Promove um princípio de manifestação da renovação crítica da Geografia. Ao executar uma análise expositiva das contradições do modo de produção capitalista, nos diferentes quadros regionais, denunciava as realidades espaciais injustas e contraditórias. Mostrava as misérias, favelas, casos de subnutrição, condições de vida de uma população que não se faziam presentes nas análises tradicionais.

⁷ Inscricção sobre lápides tumulares ou monumentos funerários. Uma alegoria textual para justificar o caráter ultrapassado, em desuso, superado, da Geografia tradicional diante do novo contexto de desenvolvimento da ciência.



Dessa maneira, esses autores desenvolviam a ideia do espaço como base da vida social, sua organização como reflexo da atividade econômica, num ideal humanista que galgava um peso político devido sua constatação e divulgação da manifestação espacial de problemas sociais (MORAES, 2005, p. 124).

Apesar da mudança nos paradigmas de ideia do entendimento do espaço vivido, em termos metodológicos, não houve grandes mudanças a princípio, tanto no contexto escolar quanto no âmbito geral dos estudos geográficos, permanecendo o escopo da análise regional tradicional, descritiva e empirista, merecendo destaque, nessa vertente, os trabalhos de autores como Castro (1969) e o próprio Lacoste (2010).

Moraes é claro ao analisar que esse tipo de Geografia, que se limitava a um estudo das aparências sem indagar a respeito da essência dos problemas, por um lado, criava uma perspectiva de militância para os geógrafos conscientes, mas, por outro lado, não resolvia as questões internas pendentes. Portanto, essa Geografia não realiza por inteiro a crítica da Geografia tradicional, mostrando-se problemática, mas sem perder sua importância e eficácia política. À essa característica ele dava o nome de Geografia de denúncia. Moraes ainda destaca a manutenção da ótica empirista dos autores que tinham uma ética de esquerda, porém instrumentalizada numa epistemologia positivista, o que acabou tornando essa prática superada (MORAES, 2005, p. 125).

No caminhar da renovação da Geografia, ainda há a contribuição dos estudos temáticos, tendo como agente principal os estudos dedicados ao conhecimento das cidades, muitas vezes estabelecidos por autores não geógrafos, como Lefebvre em suas obras “O Direito à Cidade” (2001 [1968]) e “A Revolução Urbana” (2004 [1970]), ou então Foucault com “A Sociedade Punitiva”, de 1973, e “Em Defesa da Sociedade”, de 1975. Dentre os trabalhos de geógrafos que enfocam o urbano, a contribuição de maior destaque fica por conta da obra de Harvey, “A Justiça Social e a Cidade”, de 1973, em que o autor faz críticas perante as teorias liberais sobre a cidade; assumindo uma postura socialista, analisa o uso do solo utilizando categorias do valor-de-uso e do valor-de-troca, dentre outras análises de cunho marxista.

Por fim, não há como falar em renovação do pensamento geográfico sem falar de Santos. Em “Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica”, de 1978 em sua primeira edição, Santos promove uma proposta geral para o estudo geográfico, avaliando a Geografia tradicional, a crise da Geografia e as principais propostas de renovação, sendo uma das reflexões mais amplas e completas abarcando a Geografia crítica. O autor aborda a ideia do “espaço



social ou humano” como “um fato social, um produto da ação humana, uma natureza socializada, que pode ser explicável pela produção.” (SANTOS, 1986 [1978], p. 128).

Nessa obra, Santos também trabalha a relação tempo e espaço e a organização espacial através dos períodos históricos, revelando uma sucessão de sistemas espaciais cujo valor relativo de cada locação está em constante mutação no decorrer histórico. Pensando nas análises geográficas, essa atenção à perspectiva temporal é algo que falta ao discurso.

Santos propõe uma *Geografia Nova*, e que tem como mote principal a preocupação com o bem-estar do homem, a formatação de uma ciência atuante em prol da reconstituição da dignidade humana e da construção de um espaço mais humanizado. A profundidade e a amplitude das análises de Santos, principalmente na obra citada, contribuíram de maneira singular para os estudos geográficos, mais preocupados com as contradições socioespaciais, exemplificando bem a postura política e o posicionamento social que caracterizam a Geografia Crítica.

Encerrando essa reflexão, há que salientar que a Geografia crítica age como uma frente que, obedecendo a objetivos e princípios comuns, convive com propostas heterogêneas; um agrupamento de diferentes perspectivas de análise que assume uma postura de oposição a uma realidade social e espacial injustas. Torna-se uma unidade ética por meio de fundamentos metodológicos diversificados; algo que se mostra benéfico ao passo que estimula o debate, gera polêmicas, e faz avançar as colocações. Busca-se trilhar novos caminhos, criar novas fórmulas, questionar velhas concepções.

Nas palavras de Oliveira, devemos conceber esse movimento crítico, por vezes nomeado como Geografia crítica ou Geografia nova, como fruto da “utilização do materialismo histórico e dialético como corpo teórico e metodológico de investigação da realidade” (2017, p. 27). É esse movimento que permite a Geografia ultrapassar a questão do determinismo e do possibilismo, a questão da relação homem e natureza ou sociedade e natureza, vivenciando um momento de embate teórico-metodológico (OLIVEIRA, 2007).

Por fim, o movimento de renovação geográfico reflete, no âmbito científico, a luta de classes na sociedade capitalista contemporânea. A Geografia crítica, e os geógrafos que a estudam e a praticam, buscam assumir a perspectiva popular, da transformação da ordem social, numa ciência geográfica vibrante a um espaço de justiça organizado em função dos interesses humanos.

É em meio a esses conceitos, e reflexões, que a Geografia se levanta em busca de uma ressignificação e um novo método de concepção de seu objeto de estudo e de seus objetivos educacionais. Não basta mais uma Geografia voltada para questões de análise do espaço geográfico



pura e simplesmente memorizados por alunos, e também professores. É preciso dar significado ao que se aprende, é preciso mostrar ao estudante que o mundo em que ele vive necessita ser decifrado, compreendido, para que possa ser melhorado, habitado, organizado socialmente, num âmbito de equidade popular que possibilite uma vivência da melhor maneira possível.

ENSINO DE GEOGRAFIA: CAMINHOS TRAÇADOS PARA ALÉM DA GUERRA, E DISTANTES DA PAZ

É com a certeza da necessidade de renovação da Geografia que estabelecemos esta última reflexão. É com a dúvida quanto à prática renovada nas salas de aulas que permanecemos e buscamos contribuir para derrubar a trincheira em que as mesmas se transformam.

Ao pensar o movimento de renovação da Geografia nas escolas, particularmente nas escolas brasileiras, os anos de 1980 e 1990 se apresentam com uma variada produção sobre o ensino da disciplina. Cursos de capacitação docente, organizados pelas Secretarias de Educação de diferentes estados do país, ofereciam acesso a conceitos e metodologias relacionadas aos movimentos de renovação da Geografia. Nesse sentido, Pontuschka, Paganelli e Cacete relatam que:

Apesar de a “Geografia crítica” ter surpreendido os professores do Estado de São Paulo, impacto maior deu-se entre aqueles de outras partes do Brasil. No I Encontro Nacional de Ensino de Geografia – Fala Professor, realizado em Brasília em 1987, alguns dos professores idealizadores da proposta explicitaram suas posições teóricas e a necessidade de novas metodologias para a compreensão do espaço geográfico, com base em uma ciência que, dialeticamente, buscasse a integração do arranjo espacial com as relações sociais existentes em cada momento histórico (2007, p. 71).

Apesar dos esforços, o processo de mudança desejado no ensino em sala de aula se apresentava lento, encontrando obstáculos nas precárias condições de trabalho oferecidas pelas escolas, no grande contingente de alunos em sala de aula, no número elevado de horas que os professores se viam obrigados a cumprir, esbarrando nos baixos salários, na necessidade financeira relutante que faz com que muitos profissionais exerçam jornadas de trabalho múltiplas, seja em diferentes escolas, pública e/ou particulares, seja lecionando diversas disciplinas ficando a par das discussões que norteiam a renovação necessária.

Concomitantemente ao movimento de renovação da Geografia, os anos de 1980 apresentam os movimentos de renovação curricular, com o intuito de promover a melhoria na



qualidade de ensino, revisando as maneiras de ensinar e aprender os conteúdos das diferentes disciplinas, ao mesmo tempo em que colocava o professor à mercê da “indústria do livro didático”.

O livro didático se torna o norteador do tipo de Geografia que passa a ser ensinada nas escolas e o professor, num contexto de deficiência formativa, além das condições precárias de trabalho, tende a reproduzir os conteúdos dos livros. Essa realidade se torna clara perante o discurso da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP):

Nesse processo, muitos professores foram perdendo ou, então, nem tiveram a oportunidade de formar a sua condição de produtores de conhecimentos. Tornaram-se ou foram se transformando em repetidores dos conteúdos dos livros didáticos. As editoras chegaram inclusive a publicar o “livro do professor”, uma espécie de “cartilha”, na suposição de lhe facilitar o trabalho (CENP, 1988, p. 15).

A referida renovação curricular, porém, não pode, e nem deve ser tratada como mote principal para solucionar os problemas envoltos à ciência Geográfica e seu processo ensino-aprendizagem. Straforini (2016) alerta que o discurso de mudança propagado nos documentos curriculares de Geografia tenta inculcar no imaginário da coletividade que as mudanças no sistema educacional estão diretamente vinculadas às mudanças curriculares, limitando-se a elas, de forma a reduzir o debate da política educacional e do constructo de uma nação.

Dessa maneira, e dentro do contexto proposto pelas políticas educacionais dos anos 1980, ao não se verificar a efetiva melhora do sistema educacional em sua vertente prática, a culpabilidade pelo insucesso será diretamente atribuída aos que não seguirem o “receituário curricular”, ou seja, aos professores e unidades escolares que buscam, em práticas inovadoras e independentes, caminhos alternativos para o ensino geográfico.

A partir da década de 1990, a formação de professores e o exercício profissional da docência centralizam as discussões e movem as reflexões quanto à qualidade dos cursos de formação docente e dos problemas dos cursos de licenciatura, historicamente, considerados fracos na formação satisfatória dos novos profissionais (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE, 2007, p. 69).

Dessa maneira, e seguindo o limiar temporal que se apresenta, o quadro atual dos estudos geográficos se mostra fértil no campo das produções científicas, dissertações e teses envoltas com o ensino e a prática pedagógica. Estudos e publicações contemporâneas têm como foco o tema da Geografia escolar, num avanço lento e gradual da renovação do pensar geográfico e da prática pedagógica no ensino de geografia, mesmo que ainda esbarrando em estorvos resistentes à munção



epistemológica do professor, indo além da guerra diária do ensinar, mas ainda distante da homogeneidade e unanimidade de ideias que possam gerar as condições ideais, a qual podemos fazer a analogia com a paz desejada, sonhada, por professores e geógrafos, para exercer o saber.

TERRITÓRIO SITIADO

No desenrolar dos fatos apresentados pode-se observar que a ciência geográfica, iniciante recruta frente às demais já estabelecidas no ideário escolar básico, perpassa por momentos de identificação, autoconhecimento, descobrimento de sua identidade, e busca por um verdadeiro ideal, ou seja, em busca de estabelecer-se, efetivamente, como uma ciência que permita a compreensão do espaço vivido, das relações humanas com o meio em que vive, seja ele natural, social, político, econômico, antropológico, dentre muitas outras características que o espaço possa adquirir, exterminando o estigma que, para muitos, ainda carrega, de “disciplina escolar secundária, ou de pouca importância”.

A Geografia não apresenta nada de “inútil” ou “desinteressante”, como advertiu Lacoste, mesmo que metaforicamente. Como já elucidado, Lacoste percorre as bases da Geografia tradicional, saber que poderia transparecer essas características advertidas, para mostrar o íntimo do surgimento dessa ciência, subserviente aos parâmetros e estratégias militares, para, em seguida, levantar-se em defesa de uma Geografia renovada, transformada, social e crítica, mas, sem antes, estabelecer reflexões quanto à inércia da chamada “Geografia antiga” e da inoperância, em favor da educação, da combatida “Geografia dos professores”.

A Revolução Industrial, juntamente com as transformações sociais que motiva, permitem o surgimento de uma Geografia nacionalista/patriótica, incessante para uma educação formal da massa de trabalhadores migrantes do campo para os “campos de concentração” industriais e para os novos centros urbanos dominados por uma classe burguesa em busca de legitimar sua existência e função social.

Os tons anarquistas nos discursos de geógrafos, como Reclus, geram o estopim da crise. A “crise da Geografia” surge de maneira benéfica, a depender do olhar dirigido na análise, uma vez que, juntamente com os novos traços do mundo globalizado, especialmente interligado, proporcionam o passo seguinte para o surgimento da criticidade geográfica. Os novos desafios se colocam à mesa, e a estratégia da Geografia para explicitar e compreender o novo mundo que se articula nos novos meios de transporte, e se expõe nos meios de comunicação, requer mudanças radicais.



O radicalismo e a criticidade da Geografia se pautam no espaço social que se reinventa aos olhos dessa ciência. Passa a estudar a natureza como recurso apropriado pela humanidade, de dimensão histórica, política, perfazendo um caráter de ciência social, e se postando como arma no processo de transformação social. Ao assumir o conteúdo político do conhecimento científico passa a propagar uma Geografia militante, que luta por uma sociedade mais justa e encerra o pensamento geográfico como instrumento de libertação do homem.

As críticas à Geografia tradicional encontram vozes diversas no meio científico, mas é com Santos e sua “Geografia Nova” que a ciência geográfica busca um caráter atuante em prol da reconstituição da dignidade humana e da construção de espaço mais humanizado. Santos exemplifica, de maneira singular, a postura política e o posicionamento social que caracterizam a Geografia Crítica, contribuindo sobremaneira para os estudos geográficos.

As décadas posteriores aos anos de 1980 travam uma longa batalha no enalço de uma Geografia polivalente no sentido de atender as demandas do sistema escolar e da própria disciplina enquanto agente transformador da sociedade. É no âmago da renovação geográfica que a Geografia escolar apresenta avanço lento e gradual de sua prática, amparada no pensar crítico que se estabelece, enfrentando obstáculos de diferentes vertentes – econômicos, estruturais, políticos – na ânsia por se encontrar, estabelecer seus parâmetros de forma eficaz, cumprindo assim com seu papel de combatente das desigualdades sociais.

O afã por uma prática geográfica crítica nos remete à busca por metodologias de ensino inovadoras. O mundo contemporâneo, movido pelos meios de comunicação de massa e novas tecnologias, acaba por abrir espaço para a inserção, no meio escolar, de práticas envoltas com seus agentes disponíveis e presentes no cotidiano dos alunos, tais quais -, o cinema, a televisão, as histórias em quadrinhos, *softwares*, *games*, aplicativos, *board games* etc.

Dessa maneira, permanece a sensação, e a sensatez, de que a Geografia, em sua *performance* crítica, pode oferecer oportunidades para que os alunos passem a compreender a realidade na qual estão inseridos, tendo assim a oportunidade de, ao menos, não se alienarem frente aos fatos cotidianos da sociedade que continua excludente e pavimentada pelo sistema capitalista de produção, sociedade essa, muitas vezes, bélica, com suas diferentes “armas”, políticas, ideológicas, preconceituosas, apontadas com suas miras para o peito da massa popular.



REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999 [1998].
- CASTELLAR, S. M. V. A alfabetização em geografia. **Espaços da Escola**, Ijuí, v. 10, n. 37, p. 29-46, jul./set. 2000.
- CASTRO, J. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 11 ed., São Paulo: Brasiliense, 1969.
- CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998.
- COORDENADORIA DE ESTUDOS DE NORMAS PEDAGÓGICAS (CENP). **Proposta Curricular para o Ensino de Geografia de 1º. Grau**. São Paulo: SEE-SP, 1988.
- FOUCAULT, M. **A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)**. Trad. Ivone Benedetti. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2015 (Coleção obras de Michel Foucault).
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2010. (Coleção Obras de Michel Foucault).
- GIDDENS, A. **Mundo em descontrol**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. [1973].
- KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. 4. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.
- LACOSTE, Y. **A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução Maria Cecília França. 16. ed. Campinas: Papirus, 2010.
- LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004 [1970].
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001 [1968].
- MORAES, A. C. R. **Geografia: Pequena História Crítica**. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- MOREIRA, R. **O círculo e a espiral – para a crítica da geografia que se ensina – 1**. Niterói: AGB – Niterói, 2004.
- MOREIRA, R. **O discurso do avesso (para a crítica da Geografia que se ensina)**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.
- OLIVEIRA, A. U. Situação e Tendências da Geografia. In: OLIVEIRA, A. U. (Org.). **Para onde vai o ensino de geografia?** 10. ed., 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017. (Série Repensando o ensino).



PIERRE, G; LACOSTE, Y; KAYSER, B; GUGLIELMO, R. **Geografia Ativa**. Difusão Européia do livro – Saber Atual. São Paulo, 1968 [1964].

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T.; CACETE, N. **Para ensinar e aprender geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1986 [1978].

SODRÉ, N. W. **Introdução à Geografia**: Geografia e Ideologia. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1986.

STRAFORINI, R. Permanências e mudanças no currículo de Geografia dos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v.6, n.11, p.160-184, jan./jun., 2016.

VESENTINI, J. W. **Para uma Geografia crítica na escola**. São Paulo: Editora do Autor, 2008.

